

**MACEDO, Livia Maria Demarchi Santos de**

**Título: Os projetos de lei municipal sobre violência da cidade de São Paulo (1991 a 2003): uma caracterização comportamental**

**Orientador: Profª. Drª. Maria Amalia Pie Abib Andery**

**Nível: Mestrado**

**Ano de defesa: 2004**

**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento de Metodologias e Tecnologias de Intervenção

**Palavras-chave:** violência, projetos de lei, análise do comportamento, agência governamental, Câmara Municipal de São

**RESUMO**

A cidade de São Paulo é conhecida, dentre outras características marcantes, como a 3a. maior e uma das mais violentas cidades do mundo. A partir da concepção do fenômeno de “violência” para o behaviorismo radical, da discussão iniciada por Skinner sobre agência governamental, das leis como um instrumento de controle social e literatura relacionada, realizou-se uma descrição dos projetos de lei produzidos de 1991 a 2003 por legisladores da Câmara Municipal de São Paulo quanto a quatro aspectos diferentes: institucional, a violência a ser evitada, as propostas de ação e os resultados esperados. O principal material utilizado foram os projetos de lei (redação da lei e justificativa) e os respectivos relatórios de andamento emitidos pelo banco de dados da CMSP. Foram localizados 73 projetos de lei indexados com a palavra-chave “violência”, dos quais 67 (seleção I) foram descritos segundo todos os aspectos listados acima. Outros 87 (seleção II) projetos indexados com a palavra-chave “segurança” foram discutidos apenas em seus aspectos “institucionais”. Os resultados mostraram haver um baixo número de projetos assim indexados, em relação ao total da CMSP, dos quais apenas 15,6% dos selecionados foram aprovados. Há também um elevado número de autores de um projeto e um reduzido número de autores com produção mais sistemática no período. Em relação à participação dos partidos políticos na proposição destes projetos os resultados indicam bastante variação. “Crimes e infrações” e a violência ocorrida em “Circunstâncias especiais” foram os problemas em violência mais mencionados. Cerca de 1/3 dos projetos não especifica os participantes da violência e quase a metade não descreve o local da violência. A maioria das ações para lidar com a violência caracteriza-se por atendimentos a públicos já vitimizados ou por promover “informação” (incluindo “datas comemorativas”) à população. Os responsáveis pelas ações são em sua maioria agentes governamentais e/ou (em parceria) iniciativa privada. Metade dos projetos não especifica consequência para o (não) cumprimento da lei e apenas dois projetos especificaram benefícios para o seu cumprimento. Mesmo assim, mais da metade dos projetos descreve como resultado final esperado: “redução de criminalidade” ou “informação”. Considerações orientadas por pressupostos da ciência do comportamento sobre possíveis implicações sociais de projetos muito genéricos na definição do problema e ações de enfrentamento foram discutidas.